



O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM POSTAGENS DA PÁGINA “LÍNGUA PORTUGUESA” NA REDE SOCIAL FACEBOOK

THE TREATMENT OF LINGUISTIC VARIATION IN POST OF THE WEBPAGE “LÍNGUA PORTUGUESA” IN THE SOCIAL NETWORK FACEBOOK

CLAUDEMIR SOUSA

claudemir201089@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Universidade Estadual do Maranhão

Resumo: Esse artigo discute o tratamento da noção de “variação linguística” em postagens da página “Língua Portuguesa”, na rede social *Facebook*, objetivando verificar como essa noção é concebida nesse espaço midiático. Pautamo-nos em teóricos dos seguintes campos: Linguística Aplicada (LA), Análise do Discurso (AD), Estudos Culturais e Sociolinguística. Da LA, mobilizamos as discussões de Moita Lopes (1999; 2011) sobre a concepção de Linguística Aplicada Indisciplinar, e de Menezes *et. al.* (2011); da AD, apoiamo-nos no pensamento de Foucault (2008), acerca do conceito de sujeito; dos Estudos Culturais, discutimos, a partir de Hall (2006), a concepção de sujeito pós-moderno; e da Sociolinguística, trazemos as concepções de Tarallo (2006) sobre a relação entre língua e sociedade, de Bagno (1999) sobre preconceito linguístico, e de Lucchesi (2015), sobre norma sociolinguística. Analisaremos 13 enunciados, coletados na referida página para montagem do *corpus*. Concluímos que a apresentação do tema da variação linguística, na referida *fanpage*, é desvalorizada pela sua idealizadora, uma vez que ela supervaloriza a natureza normativa e prescritiva da variedade padrão.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Linguística Aplicada Indisciplinar; Variação linguística; Língua portuguesa.

Abstract: *This article discusses the treatment of the notion of linguistic variation in post of the webpage “Língua Portuguesa”, in the social network Facebook, with the aim to verify how is this notion conceived in this media. We are anchored in authors from the following fields: Applied Linguistics, Discourse Analysis, Cultural Studies and Sociolinguistics. From the Applied Linguistics we mobilize Moita Lopes’ (1999; 2011) discussions about the conception of Indisciplinary Applied Linguistics and Menezes’ et. all. (2011); from the Discourse Analysis we bring Foucault’s discussions about the conception of subject; from the Cultural Studies, we discuss, with Hall (2006), the conception of post-modern subject; and from the Sociolinguistics, we bring Tarallo’s (2006) conceptions of the relation between language and society, Bagno’s (1999) about linguistic prejudice and Lucchesi’s (2015) about sociolinguistics norm. We analyze 13 statements collected in the referred page. We concluded that this theme is presented by the page in a normative and prescriptive way.*

Keywords: *Discourse Analysis; Indisciplinary Applied Linguistics; Linguistic variation; Portuguese language.*

Introdução

A página “Língua Portuguesa”²⁴ foi lançada na rede social *Facebook* no dia 11 de agosto de

²⁴ Informações disponíveis em:

https://web.facebook.com/pg/linguaportuguesa07/about/?ref=page_internal. Acesso em 29/06/2018.



2011, pela professora Maria do Céu Marques, com o objetivo de divulgar a essa língua. Cabe salientar que o conteúdo da página também fica disponível em um *blog*²⁵ e em um perfil na rede social *instagram*²⁶.

Na descrição da página, feita no dia 17 de abril de 2018, a idealizadora traça seu percurso de formação em Letras e suas atividades como professora de língua portuguesa, a partir de 2009. De acordo com ela, a ideia de criar a página surgiu para divulgar, a um público mais amplo, entre ele, estudantes, professores e concurseiros, os exercícios que fazia para seus alunos e ficavam arquivados no computador.

Assim, a partir da data de criação da página, ela começou a divulgar seus materiais na referida *fanpage*, que ela conta ter criado sozinha e ser sua única administradora. Nela, há postagens com “explicações rápidas, simples e bem didáticas, dicas, exercícios, mensagens motivacionais, citações de poetas famosos, textos literários e poemas”, conforme descreve a idealizadora.

Esses fatos sobre o público alvo e o tipo de conteúdo presente na página nos mostram que a concepção de língua aí presente, certamente, não é aquela defendida por Labov e seus seguidores, no âmbito da Sociolinguística. Outrossim, pauta-se na chamada norma literária para prescrever a norma padrão da língua portuguesa.

De acordo com Maria do Céu, as dicas de português são as postagens que mais geram reações dos leitores, o que significa que as pessoas que a seguem, leem, curtem, comentam e compartilham seu conteúdo. Existe, assim, uma interação nas publicações da página, o que faz com que a professora de língua portuguesa seja também uma influenciadora digital do modo como seus seguidores utilizam a língua.

Há outros tipos de postagens além dessas prescrições da norma padrão. Para o nosso trabalho, buscaremos aquelas nas quais o conteúdo predominante seja o tema da variação linguística e demais noções atinentes a ela.

Escolhemos um total de 13 enunciados, trabalhando com o conceito de regularidade enunciativa, de Foucault (2008), que se baseia na possibilidade de agrupar enunciados dispersos por meio das suas repetições ou transformações no que diz respeito, entre outras coisas, às escolhas temáticas. Realizamos, então, um recorte temático, buscando apenas as postagens que tratam do tema da “variação linguística”, explícita ou implicitamente, atentando também para as demais noções atinentes às questões sociolinguísticas, tais como: norma padrão, uso adequado, correção gramatical

²⁵ <http://www.linguaportuguesa.blog.br>

²⁶ <https://www.instagram.com/linguaportuguesa/>



e preconceito linguístico.

O nosso principal objetivo é verificar como essas noções, derivadas do pensamento de Labov, são compreendidas em um espaço midiático com função educacional, que é a página “Língua Portuguesa”. Para tanto, conforme dissemos no resumo deste trabalho, realizaremos um entrecruzamento entre a Sociolinguística, a Linguística Aplicada (LA), A Análise do Discurso (AD) e os Estudos Culturais.

A seguir, descreveremos como esse trabalho será realizado. No tópico seguinte, partiremos das discussões de Moita Lopes (2009) sobre a Linguística Aplicada Indisciplinar, à qual recorreremos para destacar a necessidade de romper as fronteiras entre as disciplinas e buscar um referencial teórico que possibilite falar para o sujeito de nosso tempo. Essa questão nos leva diretamente às discussões de Foucault (2008) sobre o sujeito do enunciado e também de Hall (2006) sobre o sujeito da pós-modernidade.

Em seguida, traremos algumas considerações da Sociolinguística sobre a relação entre língua e sociedade (TARALLO, 2006), norma sociolinguística (LUCCHESI, 2015) e preconceito linguístico (BAGNO, 1999), para nos questionarmos sobre qual é a noção de língua presente nas postagens da página e como o falante é concebido nela.

Linguística Aplicada Indisciplinar: o que ela tem a dizer para o sujeito de nosso tempo?

A Linguística Aplicada tem seu começo delimitado pelos estudiosos da área, dentre os quais Moita Lopes (2011) e Menezes *et. al.* (2011), a partir dos anos de 1940. Nesse contexto, a LA surge da necessidade de desenvolver materiais para o estudo de línguas estrangeiras durante a Segunda Guerra Mundial.

Há um percurso de instituição dessa área nos Estados Unidos, na Inglaterra e também no Brasil. No primeiro caso, esse início está ligado à realização do primeiro curso independente de LA na universidade de Michigan, em 1946, por iniciativa de Charles Fries e Robert Lado, à criação do periódico “*Language Learning: a Quarterly Journal of Applied Linguistics*”, também em 1946, e da Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA), em 1964. Já na Inglaterra, essa história se inicia com a criação do Departamento de LA de Edinburgh, em 1957, do qual saíram grandes nomes da área, como Corder, Widdowson e Davis.

E no Brasil, como se deu esse percurso? De acordo com Menezes *et. al.* (2011), essa trilha da LA em nosso país começa nos anos de 1970, com a criação do Programa de Pós-graduação em



Linguística Aplicada e Ensino de Línguas, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mais tarde denominado de LAEL. Nos anos de 1980, é criada, nessa mesma instituição, a Revista DELTA. Posteriormente, na Universidade de Campinas (UNICAMP), é criado o Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e a revista *Trabalhos em Linguística Aplicada*.

Nos anos de 1990 ocorre a institucionalização da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB). Será apenas nos anos 2000 que essa área, já tão produtiva em nível de Pós-Graduação, passará a integrar o currículo da graduação em Letras no Brasil. A determinação para isso ocorre em 2004, mas só se consolida em 2007, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Acrescente-se a isso o fato de que, durante muito tempo, essa instituição foi dependente do Centro de LA do Instituto de Idiomas Yázigi para desenvolver o ensino de LEs no curso de Letras por falta de profissional capacitado em nível de Pós-graduação, de acordo com Moita Lopes (1999).

Em todos os contextos acima descritos, a LA foi marcada, inicialmente, por um discurso de cientificidade, segundo Moita Lopes (2011), no qual o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras buscava aplicar a Linguística teórica ao contexto escolar. Da mesma forma, durante muito tempo a área de ensino/aprendizagem de línguas foi o foco da LA. Atualmente, seu escopo é bem mais amplo.

Muitas discussões na área foram necessárias para que houvesse essa modificação no objeto da LA. No Brasil, por exemplo, o abandono dessa restrição ao contexto escolar e ampliação para outros contextos institucionais se torna mais visível a partir dos anos de 1990. Em nossa história, esses anos representam a saída de um longo período de ditadura militar e entrada na era da democracia, o que favorece a realização de várias reformas na educação.

Com isso, a orientação teórica dos trabalhos de Vygotsky e Bakhtin influencia fortemente o campo da educação e da própria LA, fazendo-a se orientar para a resolução de problemas decorrentes do uso da língua em contextos social, econômica e historicamente situados, dentro e fora da sala de aula. Situacionalidade passa a ser a tônica nesse momento e força a LA a não mais se limitar em termos de objeto e de referencial teórico.

Desde então, muito se tem falado em interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e indisciplinaridade na Linguística Aplicada. Isso tudo é reflexo das mudanças ocorridas no campo da tecnologia, da cultura, da economia e da própria história, na virada do século XX para o século XXI, fazendo com que as Ciências Sociais e Humanas se questionem, se repensem e se reconceituem.

Quanto a isso, cabe uma citação de Moita Lopes (2011, p. 18-19), ao afirmar que

Os questionamentos que as Ciências Sociais colocavam à modernidade e as indagações sobre



como o sujeito social era teorizado de forma homogênea, tendo as diferenças que o constituem apagadas no interesse de prestigiar aqueles colocados em posição de hegemonia nas assimetrias sociodiscursivas, foram fundamentais ao fazer o vasto campo das Ciências Sociais e Humanas se reterizarem em termos de visões pós-estruturalistas, feministas, antirracistas, pós-coloniais e *queer*. As implicações da redescrição do sujeito social são centrais nessa vertente e têm desdobramentos epistemológicos cruciais.

Assim, longe de pensarmos em um sujeito homogêneo, adotaremos, aqui, a concepção de sujeito presente nos trabalhos de Foucault (2008) e Hall (2006), os quais concebem um sujeito heterogêneo, dentro de uma discussão mais ampla sobre discurso, identidade e pós-modernidade.

Quanto à concepção de LA indisciplinar formulada por Moita Lopes (2011), ela decorre do fato de que as teorias das diversas disciplinas não dão conta de falar para o mundo de hoje, já que foram formuladas em outros contextos. Com isso, a LA precisa dar respostas aos problemas atuais que envolvem a linguagem.

A indisciplinaridade significa também não ser uma disciplina, mas uma área nômade, mestiça, que se cruza com outras e que atravessa fronteiras e se transforma continuamente (transdisciplinaridade). Para isso, é necessário abandonar o positivismo cientificista que a orientava quando do seu surgimento, não se limitando mais à Linguística, já que outras áreas do conhecimento podem contribuir para compreender as questões que envolvem a linguagem na atualidade. Também podemos formular respostas a essas questões nos entrecruzamentos disciplinares.

Moita Lopes (2011, p. 22) nos alerta para o desafio e risco do trabalho indisciplina.

Atravessar fronteiras no campo do conhecimento, assim como na vida, é expor-se a riscos. Mas um desafio que se deve encarar com humildade e com a alegria de quem quer entender o outro em suas perspectivas. A posição de fronteira é sempre perigosa, já que quem está além da fronteira é aquele que vai se apropriar de nosso conhecimento, vai falseá-lo ou usá-lo incorretamente. Mas ele vai também nos fazer refletir, pensar de outra forma ou ver o mundo com outro olhar. Em sociedades que se constituem de forma cada vez mais mestiças, nômades e híbridas, não seriam as epistemologias de fronteiras essenciais para compreender tal mundo?

Falar para os sujeitos de nosso tempo, portanto, implica sair dos limites de nossas disciplinas e buscar respostas junto a outros campos que possam nos dar contribuições e suprir nossas limitações. Essa busca por novos caminhos pode ser feita recorrendo a dois teóricos que pensam o sujeito da contemporaneidade, a saber: Foucault (2008) e Hall (2006).

Quanto a Foucault (2008), o sujeito é concebido em seus trabalhos como uma função enunciativa, ou seja, uma posição ocupada por alguém em um enunciado. Em sua concepção, o

enunciado seria uma função de existência, não pertencente ao domínio exclusivamente linguístico, caracterizada, entre outras razões, pela relação que mantém com um sujeito, o qual não é coincidente com o sujeito gramatical de primeira pessoa, e nem consigo mesmo de um enunciado a outro, podendo tal função ser exercida por distintos sujeitos.

Já Hall (2006) discute o tema do sujeito da pós-modernidade concebendo-o como possuidor de múltiplas identidades, as quais são possibilitadas pelo fenômeno da globalização, que estaria afetando a ideia que temos de unidade do sujeito, tão presente na concepção cartesiana influenciadora de toda uma tradição epistemológica, dentre as quais a de Saussure.

Dessa maneira, consideramos que o sujeito usuário da língua não realiza esse uso da mesma maneira em todas as ocasiões, visto que a cada ato enunciativo mobiliza uma de suas muitas identidades, adequando seu repertório linguístico ao seu propósito de dizer, ao interlocutor e ao nível de formalidade da situação. Assim, nossas análises nos levarão a questionar as instruções de uso correto da língua, presentes nas postagens da *fanpage* “Língua Portuguesa”, tendo em vista essa concepção de sujeito em pauta.

Considerações da Sociolinguística sobre a relação entre língua e sociedade, norma e preconceito linguístico

A chamada Sociolinguística variacionista ou quantitativa foi iniciada por Labov (daí também ser chamada de laboviana), certamente por inspiração em modelos teóricos já conhecidos por ele, seja negando-os, como o fez com a concepção de língua como homogênea, de Chomsky, ou dando continuidade às discussões neles presentes, como ocorreu com a concepção de língua como parte social da linguagem, postulada por Saussure, e com a relação entre língua e sociedade postulada por teóricos como Gumperz, Dell Hymes, William Bright, Antoine Meillet, Mikhail Bakhtin e Roman Jakobson.

Seus estudos iniciaram com o foco na variação linguística no nível fonético-fonológico. O primeiro deles, realizado em 1963, tratou do inglês falado na ilha de *Martha's Vineyard*, no Estado de *Massachusetts*, nos Estados Unidos. Em seguida, estudou o inglês falado em Nova York e em outros lugares do seu país.

Muitas outras pesquisas já foram realizadas no mundo todo, inspiradas nesse modelo teórico. Todas partem do fato de que a situação de existência da língua na sociedade é de um aparente caos, no qual as variantes linguísticas, que consistem em diferentes maneiras de dizer a mesma coisa, se



enfrentam e disputam a prevalência, refletindo as lutas dos seus usuários. Esse aparente caos é decorrente do caráter heterogêneo da língua, ou seja, do fato de que a comunidade linguística²⁷, o grupo de pessoas que fazem uso de uma dada língua e partilham certas experiências, é heterogênea.

Dessa forma, nossos usos da língua não são únicos. Além de serem influenciados por fatores de variadas ordens, tais como a procedência geográfica e os fatores sociais (escolaridade, nível socioeconômico, gênero, idade, religião, etc.), se adequam às diferentes circunstâncias de uso. Nas palavras de Tarallo (2006, p. 6), “a cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada”.

Nossos usos linguísticos ocorrem com o recurso ao repertório de variantes que construímos ao longo da vida, nas diversas situações de interação. Isso implica saber adequar tais variantes aos diversos contextos de uso.

A noção de “variantes linguísticas” é definida por Tarallo (2006, p. 8) como “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”. Já a “variável linguística” é constituída por um conjunto de variantes.

Ainda de acordo com esse autor, essas variantes de uma língua concorrem entre si, de modo que vemos as oposições entre variantes nos seguintes termos: padrão e não padrão; conservadoras e inovadoras; de prestígio e estigmatizadas, com certa correlação entre elas. A ocorrência dessas oposições na avaliação das normas variantes da língua e nos próprios comportamentos linguísticos dos sujeitos reflete, de acordo com Lucchesi (2015), as situações de conflito social entre os grupos que compõe uma determinada comunidade de falantes.

Esse autor parte de uma concepção marxista de lutas de classe para asseverar que os grupos sociais avaliam as formas variantes na língua de distintas maneiras, refletindo disputas ideológicas, de classe, em torno dos bens sociais de produção e distribuição da riqueza. O reflexo dessas disputas é o estabelecimento de uma norma linguística padrão que discrimina todas as formas que não coincidem com ela.

Se concordarmos com Lucchesi (2015) que a institucionalização de uma norma padrão está relacionada à dominação de classe, teremos que sua difusão serve para a manutenção da unidade nacional, dominação política e exploração econômica, já que a norma que se estabelece como padrão é a variedade do grupo de *status* socioeconômico e cultural mais elevado.

²⁷ Compreendemos que há uma discussão sobre essa noção, que envolve as definições dadas por Labov, Guy e outros autores, mas não adentraremos nessa questão. Estamos mobilizando essa noção aqui apenas para exemplificar a intrínseca relação entre língua e sociedade postulada pela Sociolinguística.

As normas apresentadas pelas gramáticas prescritivas, por seu turno, são baseadas em um ideal de expressão correta, que, muitas vezes, não chega a coincidir nem mesmo com as formas aceitas e usadas pelos grupos mais cultos da sociedade, existentes no mundo real, mas sim com um ideal de língua.

As postagens da página “Língua Portuguesa” a serem analisadas possuem a mesma função exercida pela gramática normativa, pois nelas o foco é a língua falada/escrita padronizada em determinada fase de sua evolução, apontando normas para a correta utilização oral e escrita do idioma. Essa prescrição, de acordo com Lucchesi (2015), se pauta no uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.

Lucchesi (2015) esclarece que a norma culta se define pela forma como os escritores do cânone literário usam a língua. No Brasil, os gramáticos usam como marco o romantismo para caracterizar o português em sua forma culta, mas muitas formas condenadas atualmente são encontradas nas obras de escritores consagrados.

Ocorre que, como a língua é heterogênea, os modelos de correção gramatical extraídos do cânone literário de uma determinada época contêm variações. Da mesma maneira, as formas como usaram a língua os escritores clássicos de várias épocas atestam que os parâmetros dos gramáticos mudam de época para época de acordo com fatores sociais e ideológicos dominantes.

Já a norma padrão se define pelas formas que a língua assume nas situações de maior formalidade e na sua expressão escrita. É a língua que se usa, ou cujo uso é requerido nos atos e documentos oficiais do Estado, nas cerimônias religiosas, nos textos sagrados e na alta cultura. A norma padrão brasileira de correção gramatical possui como parâmetro o português europeu, distante da língua falada no Brasil. Diante disso, qualquer variedade não padrão é considerada ruim, indesejável, independente do contexto em que ocorre.

Bagno (1999) compartilha com Lucchesi (2015) a opinião de que a norma culta, assim como outros bens sociais, são restritos a poucas pessoas no Brasil, já que se assenta na norma literária, na língua escrita, em um país onde os índices de analfabetismo são alarmantes. O resultado disso é o preconceito linguístico, um círculo vicioso a ser rompido.

Isso passa por uma mudança de atitude que inclui a elevação da autoestima linguística, a recusa de argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual, a imposição dos brasileiros como falantes competentes de sua língua materna, o respeito pela fala dos habitantes da zona rural e das classes sociais mais baixas, além de um posicionamento crítico diante dos comandos paragramaticais.

Bagno (1999) é categórico ao afirmar que a norma linguística prescrita no Brasil não corresponde ao que as pessoas consideradas cultas efetivamente utilizam nos dias de hoje, mas sim a um ideal linguístico preso ao português de Portugal, às concepções dos grandes escritores do passado, aos modelos da gramática latina, e ao gosto pessoal dos gramáticos. Aquilo que esta tradição chama de norma culta se baseiam exclusivamente na norma gramatical mais conservadora e prescritiva.

O autor critica os métodos tradicionais de ensino da língua no Brasil, que, segundo ele, em vez de formar bons usuários da língua em sua modalidade culta, parecem visar à formação de professores de português, pois apresentam uma obsessão terminológica e classificatória, e um apego à nomenclatura.

Para esse autor, outro modo de romper com o círculo vicioso do preconceito linguístico é reavaliar a noção que temos de erro linguístico, que se assenta em uma confusão entre língua em geral e escrita e ortografia oficial. Na concepção de Bagno (1999, p. 122) “uma elevada porcentagem do que se rotula de “erro de português” é, na verdade, mero desvio da ortografia oficial” a qual, para esse autor, não faz parte da gramática da língua, compreendidas aqui como as regras de funcionamento da língua, de conhecimento de muitas pessoas que não aprendem a ler e a escrever.

Bagno (1999) argumenta que a ortografia oficial é fruto de um gesto político, determinada por decreto após negociações e pressões de toda ordem. Com isso, em relação à língua escrita, seria pedagogicamente proveitoso substituir a noção de erro pela de tentativa de acerto. As noções de gramaticalidade e agramaticalidade seriam também alternativas à noção de erro. Além disso, o autor propõe que o uso da língua na modalidade oral e escrita seja guiado pelo equilíbrio entre dois eixos: o da adequabilidade e o da aceitabilidade, dependendo de “quem” diz, “o que” diz, “a quem” se diz, “como” diz, “quando”, “onde”, “por que” e visando “que efeito”. Isso porque o sujeito falante possui um repertório linguístico variável, assim como sua identidade.

Em vista dessas discussões, analisaremos, a seguir, as postagens com comandos gramaticais da página “Língua Portuguesa” no *facebook*.

Varição sociolinguística em rede: análise das postagens de Língua Portuguesa

Nesse tópico, traremos algumas postagens da página “Língua Portuguesa” que analisaremos. Mostramos, a seguir, o primeiro enunciado a ser analisado, no qual temos uma abordagem conceitual do tema em pauta, qual seja: “variação linguística”.

Fig. 1: Variação linguística



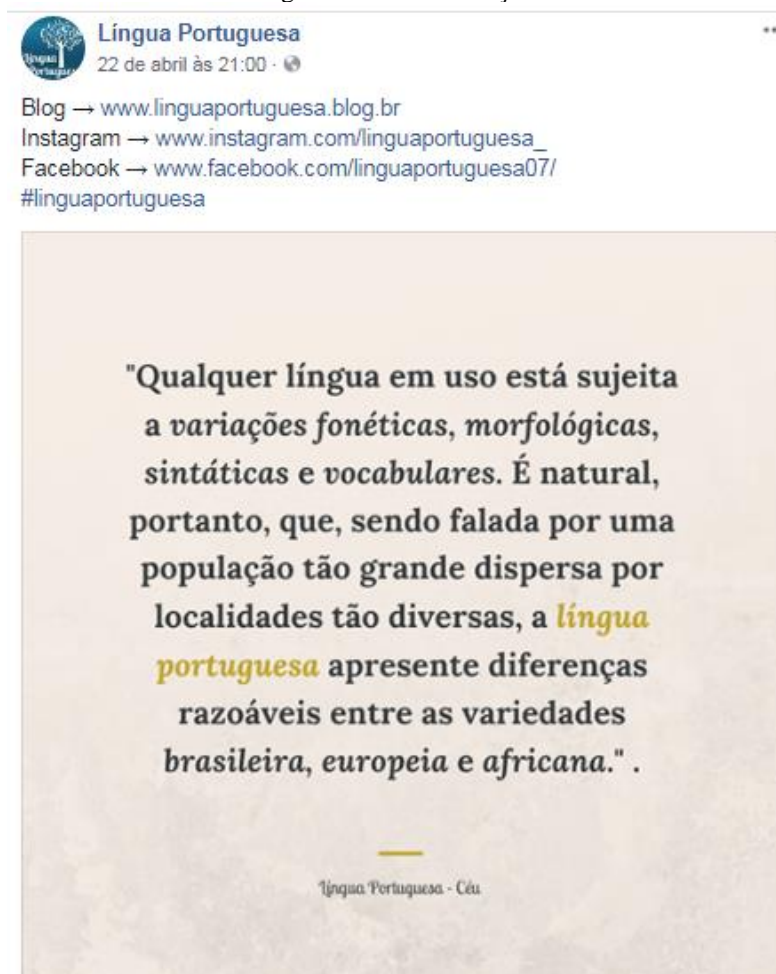
Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

Nessa postagem, que se intitula “variação linguística”, são explicados quatro (4) tipos de variação linguística, a saber: variação diatópica ou geográfica, variação diastrática ou social, variação diafásica, ou situacional e variação diacrônica ou histórica. Na explicação de cada uma, tem-se as razões de sua ocorrência. A primeira se deve às diferenças regionais; a segunda ocorre em função da convivência entre grupos sociais; a terceira, em virtude da formalidade ou informalidade da situação comunicativa. Já a quarta se deve às diferentes épocas vividas pelos falantes.

Esse quarto tipo de variação linguístico é comumente chamado pelos estudiosos da Sociolinguística de “mudança linguística”, um fenômeno que ocorre quando a estabilidade característica da variação linguística é rompida devido à suplantação de uma das variantes (CEZÁRIO & VOTRE, 2008). Trata-se de um fenômeno de ordem diacrônico, observado em um decurso temporal, e não um fenômeno da ordem sincrônica, verificado em um dado estágio da língua, o que caracteriza a variação linguística.

Esse mesmo tema é discutido na postagem que mostramos a seguir, na qual se leva em consideração a modalidade oral para tratar da variação nos seguintes níveis linguísticos de descrição: fonético, morfológico, sintático e “vocabular” (ou lexical).

Fig. 2: Níveis de variação



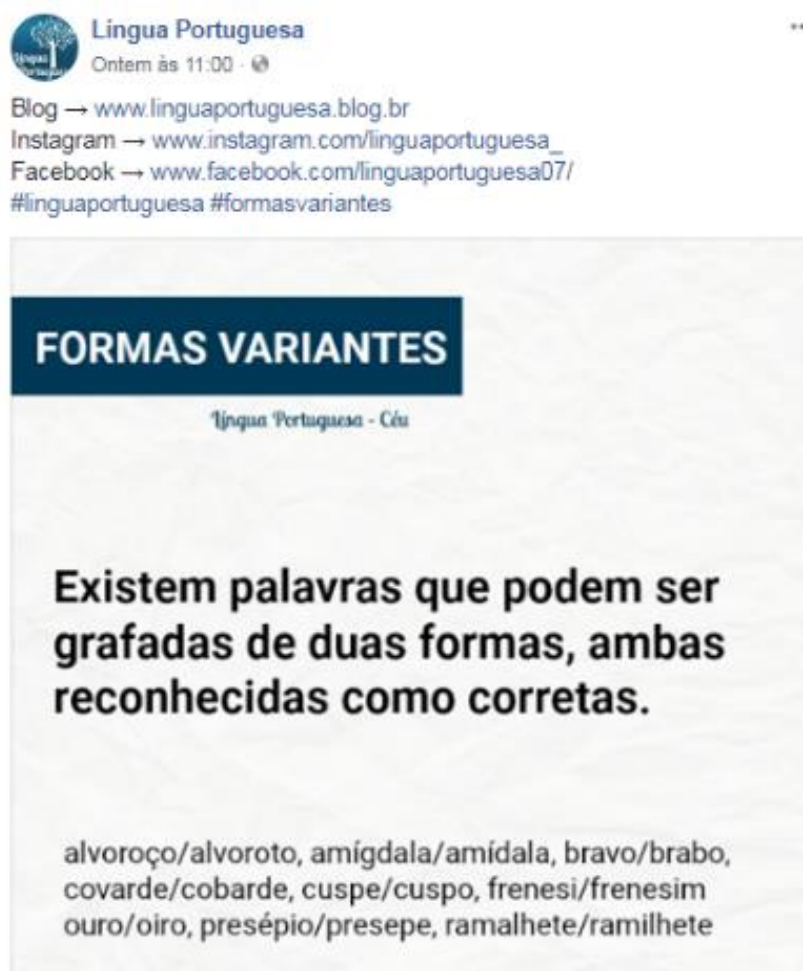
Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

O que nos chama a atenção é que, embora a página considere a variação um fenômeno natural da língua falada, são apontadas diferenças consideradas “razoáveis” entre as variedades linguísticas do Brasil, de Portugal e de países africanos, e não as variações no modo de falar o português dentro do próprio Brasil.

Essa postagem tem como uma das possibilidades de leitura que a variação linguística é um fenômeno que não ocorre dentro de um mesmo país, reforçando a ideia de unidade da língua nacional, uma das armas a favor do preconceito linguístico, de acordo com Bagno (1999), e também minimiza o fato de que existem diferenças no uso linguístico de diferentes países que falam um mesmo idioma.

Na postagem a seguir, com o título “Formas variantes”, a *fanpage* privilegia a modalidade escrita da língua para explicar a variação na grafia de algumas palavras.

Fig. 3: Formas variantes



Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

Embora reconheça explicitamente a possibilidade da existência de formas variantes, a postagem mostra palavras que possuem duas possibilidades de grafia, sendo as duas formas consideradas corretas pela norma padrão. Nesse sentido, essa postagem possui teor não apenas descritivo, mas também caráter normativo, ao explicar as formas de grafar que são aceitas, e um viés prescritivo, ao considerar critérios de correção normativa para dar tais sugestões ao seu leitor de qual forma utilizar quando necessário.

Na postagem que segue, o tema da variação linguística ocorre sem maiores discussões e conceituações, pois é guiado puramente pela pergunta “qual o nome desses objetos na região em que você mora?”, e pela apresentação de quatro imagens:

Fig. 4: Variação diatópica



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2555545611126061/?type=3&theater>

Como vemos, trata-se de uma enquete que objetiva detectar variações linguísticas do tipo geográfica no nível lexical para termos que, de acordo com a normal padrão da língua portuguesa brasileira, são os seguintes, respectivamente: pipa, pão francês, tangerina e semáforo. Algumas possibilidades de variação para tais termos são papagaio, pão massa-grossa, mexerica e sinal.

Já na postagem que mostramos a seguir, na qual o tema da variação geográfica regional é repetido, temos uma explicação para a ocorrência da variação linguística e a imagem da fruta tangerina, seguida dos termos variantes utilizados em diversas regiões do país para se referir a tal fruta.

Fig. 5: Variação lexical



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2547862105227745/?type=3&theater>

Como vemos, a postagem pede um “viva” à variação linguística e destaca que a variação diatópica, regional ou geográfica decorre da localidade: seja país, estado ou cidade, ampliando a rasa explicação dada para esse mesmo fenômeno na primeira postagem aqui mostrada.

Ocorre que o tom eufórico presente nessa postagem contrasta sobremaneira com as demais postagens da página, que enfatizam a utilização da norma padrão, propõem exercícios nos quais se pede a correção de termos considerados errados, e até ridicularizam a utilização da ortografia não oficial em certas palavras, desconsiderando o fato de que, conforme Bagno (1999), essa ortografia é fruto de acordos e pressões.

É o que ocorre na postagem que segue, na qual temos uma imagem de quatro rapazes em uma área periférica de uma cidade não identificada. Eles estão finalizando a pintura de uma rua, com a lata de tintas ainda no chão e o pincel na mão de um deles:

Fig. 5: erro ortográfico



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.947054538641851.1073741829.271668552847123/2567660949914527/?type=3&theater>

Diante dessa imagem, sobressai a escrita da palavra “eqiça”, em lugar de “hexa”, considerada a forma padrão da palavra pretendida. O que a postagem está tentando chamar atenção, sem dar detalhes em legenda, é para a grafia dessa palavra em desacordo com a norma padrão, mostrando que pessoas economicamente carentes não dominam a escrita oficial da língua portuguesa, sem discutir as possíveis razões sociais para que isso aconteça e apontar soluções para os problemas sociais do país.

Trata-se, assim, de uma demonstração de um preconceito que é linguístico e social, como bem destaca Bagno (1999) em suas discussões, e que incita à ridicularização do outro pelo seu desconhecimento da norma padrão da língua, cujo aprendizado requer anos e anos de escolarização, sem garantia de seu pleno domínio. A idealizadora da página perde a oportunidade de manter sua postura de reconhecimento da variação linguística, decorrente da heterogeneidade da língua e da relação dessa com a sociedade, ao optar por assumir uma atitude preconceituosa e corretiva em

relação ao modo de utilizar a língua de sujeitos desfavorecidos.

O mesmo ocorre na postagem que segue, na qual se compartilha o link do blog linguaportuguesa.blog.br, com o título “nossa língua merece cuidados!” e o subtítulo “nossa língua merece cuidados! Uma triste realidade da língua portuguesa...”.

Fig. 7: erro ortográfico 2



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.947054538641851.1073741829.271668552847123/2567660949914527/?type=3&theater>

O que vemos como atestador da triste realidade da Língua Portuguesa é a imagem de uma parede identificando uma borracharia em uma casa simples, certamente de um profissional com baixa escolaridade, na qual é possível ver os seguintes termos grafados em desacordo com a norma oficial de ortografia: “borraxeiro” e “al”.

A postagem assume um tom conservador ao lamentar o fato de que algumas pessoas não dominam a ortografia oficial da língua, sem se preocupar em tentar levantar as razões para essa falta de domínio. Cabe aqui mais uma referência a Bagno (1999), quando ele defende que o que leva à ocorrência do erro ortográfico é a tentativa de acerto, diante das variadas possibilidades de representação fonológica para fonemas da língua portuguesa. Assim, quem escreve “borraxeiro” e “al” não faz por que quer errar, mas em uma tentativa de acerto, o mesmo podendo ser dito de “eqiça”.

Mostramos, a seguir, algumas postagens que também tratam do tema da variação linguística, embora não de modo declarado. Na que apresentamos a seguir, trata-se da dúvida na forma de utilização do termo “usufruir” em decorrência da regência verbal, tema que necessita de conhecimentos tanto implícitos como de escolarização para que seja dominado pelo falante competente da língua.

Fig. 8: correção gramatical



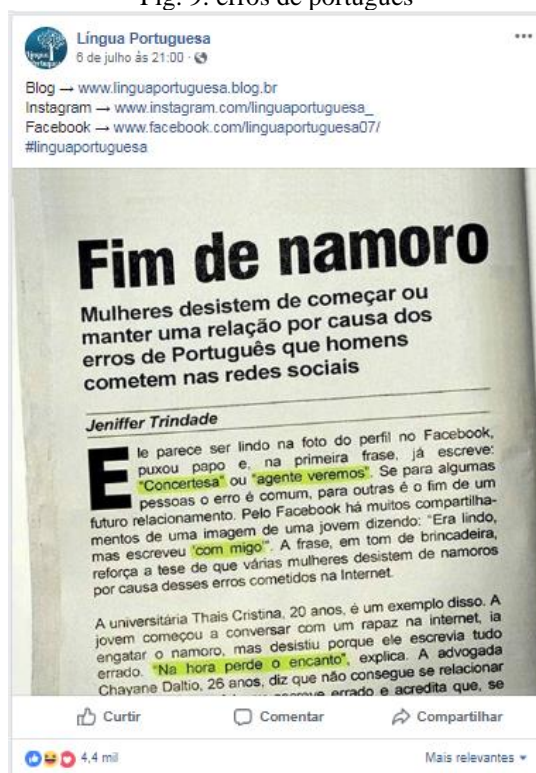
Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

A postagem esclarece ao leitor da página a regência do verbo *usufruir*, explicando que é um verbo que pode ser transitivo direto ou transitivo indireto e, como tal, considera como correta a sua utilização com ou sem a preposição “de”. Há, assim, um discurso instrutivo e normativo presente nessa postagem, posto que ela está circulando nesse espaço midiático com a mesma função de uma gramática normativa, pertencente aos chamados gêneros instrucionais.

Outra postagem vai tratar desse tema a partir de um recorte de uma reportagem de jornal, de autoria de Jeniffer Trindade, com o título “fim de namoro” e o subtítulo “mulheres desistem de começar ou manter uma relação por causa dos erros de Português que homens cometem nas redes

sociais”.

Fig. 9: erros de português



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2569418696405419/?type=3&theater>

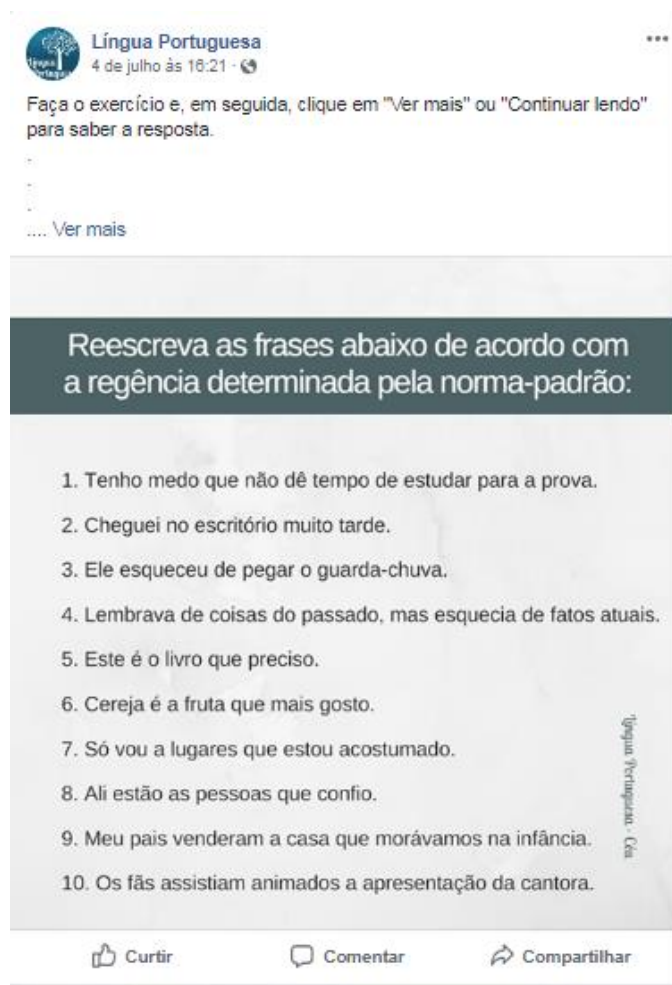
A reportagem não é apresentada na íntegra, mas no excerto visível na postagem são destacadas as palavras “concertesa”, “a gente vamos” e “com migo”, que nos dão uma ideia do posicionamento da autora acerca das noções de erro e correção gramatical.

Esses termos destacados são referenciados como erros de português, mas o que vemos são erros de ortografia, que em nada comprometem a comunicação entre os sujeitos, e nem atestam o conhecimento sobre o funcionamento do sistema da língua por parte dos sujeitos que desconhecem a ortografia oficial.

Além disso, para a reportagem, esses erros seriam atributos dos homens e são considerados por algumas pessoas como comuns e por outras como motivo para que as mulheres pusessem fim a uma possível relação.

Na postagem a seguir, a norma padrão é evocada como critério de correção. Ela apresenta uma série de frases e pede que o leitor as corrija em consonância com a norma padrão de utilização da regência.

Fig. 11: norma padrão



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2572421629438459/?type=3&theater>

Bagno (1999) critica esse tipo de exercício, muito comum em alguns livros didáticos de língua portuguesa e gramáticas, por considerar que veiculam preconceito linguístico com as formas coloquiais de utilização da língua. O que vemos em todas essas frases são regências verbais que estão em consonância com a utilização corrente no dia-a-dia mesmo por pessoas com alto grau de instrução e consideradas falantes cultos da língua. Ocorre que a página tem um propósito específico: ensinar a norma padrão da língua aos seus seguidores, mesmo quando fala em variação linguística.

A mesma visão normativa e corretiva é veiculada na postagem que segue.

Fig. 12: norma e erro



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2566034870077135/?type=3&theater>

A postagem apresenta duas mãos: uma em sinal de desaprovação, colorida de vermelho mostra as palavras comumente grafadas em desacordo com a norma padrão da língua portuguesa na escrita em ambientes virtuais, e outra, colorida de verde, em sinal de aprovação, mostra as formas dessas mesmas palavras de acordo com a norma.

A apresentação das formas alternativas das palavras é precedida de um convite ao seguidor da página: “vamos divulgar?”. A página estaria, assim, realizando uma espécie de campanha de normalização linguística, objetivando suplantar a escrita não normativa e implantar a forma adequada no imaginário social.

Em outra postagem, que também não explicita que está tratando do tema da variação linguística, temos uma ululante demonstração de preconceito linguístico, feita pela mesma página que tantas vezes se coloca como reconhecadora da existência do fenômeno da variação linguística, como algo

própria a todas as línguas, em decorrência de seu caráter social, mas que aqui, como podemos observar, se posiciona como um paladino do uso normativo da língua, salvaguardando e prescrevendo o uso considerado correto.

Fig. 13: Erro ortográfico 3



Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

Diante do fato de que muitas pessoas escrevem a forma “nada haver” na *internet* em lugar da forma padrão “nada a ver”, posto como um fato de conhecimento geral de seus leitores, que ao mesmo tempo são internautas, a página, mais uma vez, se posiciona como prescritiva dos usos normativos da língua, em vez de explicar as razões pelas quais as pessoas empregam tal forma linguística em sua escrita no ambiente virtual. Isso seria, além de uma atitude de respeito, um reconhecimento de que o sujeito falante assume diferentes papéis sociais e estes são acompanhados de distintos usos da língua, adequados às suas situações comunicativas.



Conclusões

A sociedade atual é marcada pela hiperssemiotização (MOITA LOPES, 2011, p. 19) e a mídia é a principal mediadora das relações entre os sujeitos. Os enunciados que circulam na página “Língua Portuguesa” produzem alguns sentidos sobre essa língua e dizem ao sujeito como devem utilizá-la.

A administradora da referida página comporta-se como alguém que ignora que o sujeito atual é composto de várias identidades e, como tal, participa de várias situações de interlocução, fazendo com que o uso da língua seja adequado a cada um delas. Essa premissa, presente na concepção diafásica de variação linguística, mostra-nos que não existe apenas uma maneira correta de utilizar a língua, mas que cada uma depende do contexto de interação verbal e dos interlocutores que dela participam.

Dessa maneira, as prescrições normativas da página inscrevem-se em uma tradição para a qual o domínio da língua padrão, sobretudo na modalidade escrita, é um elemento de distinção social, de dominação dos letrados sobre os iletrados. A linguagem, nesse viés, é um instrumento de controle exercido por aqueles que detêm o conhecimento da língua escrita, ocultando o saber de quem não teve acesso a ela ou teve de modo insuficiente ou precário.



Referências

- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 31. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- CEZÁRIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 141-155.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. 236 p.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MENEZES, Vera; GOMES, Iran Felipe; SILVA, Maria Morena. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (Orgs.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 25-50.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Fotografias da Linguística Aplicada no Campo de Línguas Estrangeiras no Brasil. *D.E.L.T.A.*, Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999.
- _____. Da aplicação Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (Orgs.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2011. p.11-24.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 8. Ed. São Paulo: Ática, 2007.

Submissão: agosto de 2018

Aceite: novembro de 2019